



CRN-8
Assistente Administrativo Júnior

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	7
Domínio da ortografia oficial.	8
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	9
Emprego de tempos e modos verbais.....	11
Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	16
Emprego das classes de palavras.	20
Emprego dos sinais de pontuação.	31
Concordância verbal e nominal.	35
Regência verbal e nominal.	37
Emprego do sinal indicativo de crase.....	40
Colocação dos pronomes átonos.	41
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	43
Significação das palavras.....	45
Figuras de linguagem.....	46
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais.	51
Exercícios.....	69
Gabarito.....	86

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais e reais)	1
Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações	14
Operações com conjuntos.....	20

SUMÁRIO



Razões e proporções (grandezas diretamente proporcionais, grandezas inversamente proporcionais, regras de três simples e compostas)	24
Porcentagem	32
Equações e inequações	35
Sistemas de medidas. Volumes	49
Compreensão de estruturas lógicas	55
Lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões)	56
Diagramas lógicos	57
Exercícios	61
Gabarito	66

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versões (2016, 2021 e 365)	6
Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 10 E 11)	18
Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação: Mozilla Firefox, Google Chrome E Microsoft Edge	30
Programa de correio eletrônico: MS Outlook	45
Sítios de busca e pesquisa na Internet	50
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	52
Segurança da informação: procedimentos de segurança	55
Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc)	58
Procedimentos de backup	64
Exercícios	65
Gabarito	69

ATUALIDADES

Tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	1
--	---

SUMÁRIO



NUTRIÇÃO BÁSICA

Metabolismo energético	1
Macro e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações).....	2
Avaliação e diagnóstico do estado Nutricional (indivíduo e coletividade)	12
Exercícios	13
Gabarito	14

NUTRIÇÃO CLÍNICA

Atenção Nutricional nos Ciclos da Vida.....	1
Cuidado Nutricional nas doenças do Trato gastrointestinal, nas doenças cardiovasculares, nas doenças pulmonares, na doença renal e nas Doenças e Agravos Não Transmissíveis.....	3
Nutrição Enteral.....	4
Prescrição de Suplementos Alimentares.....	5
Cuidado nutricional em residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).....	6
Exercícios	7
Gabarito	10

NUTRIÇÃO EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Planejamento de cardápios	1
Fichas técnicas de Preparo	3
Manual de Boas Práticas. POP (Procedimentos Operacionais Padronizados)	4
Microbiologia e Higiene dos Alimentos.....	5
Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA);.....	7
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	10
Administração de UAN	14
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	15
Exercícios	24
Gabarito	29

SUMÁRIO



NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição	1
Alimentação e Nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos)	2
NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família)	9
Doenças carenciais de magnitude no Brasil	11
Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde	11
Epidemiologia das doenças nutricionais	12
Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)	13
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).....	15
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).....	16
SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).....	16
Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	17
Exercícios	19
Gabarito	29

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ética e função pública	1
Ética no Setor Público	4
Lei nº 8.429/1992 e suas alterações	6
Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).....	21
Acesso à informação: Lei nº 12.527/2011	32
Decreto nº 7.724/2012.....	44
Decreto nº 9.830/2019.....	63
Exercícios	69
Gabarito	72

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei Federal nº 6.583/1978	1
Lei Federal nº 6.839/1980	6
Lei Federal nº 8.234/1991	6
Lei Federal nº 13.709/2018	7
Lei Federal nº 14.133/2021	30
Decreto nº 84.444/1980.....	103
Resolução CFN: nº 733/2022.....	111

SUMÁRIO

Resolução CFN: nº 705/2021	113
Resolução CFN: nº 702/2021	144
Resolução CFN: nº 600/2018	162
Resolução CFN: nº 599/2018	215
Resolução CFN: nº 466/2010	227
Resolução CFN: nº 465/2010	233
Resolução CFN: nº 356/2004	238
Exercícios	254
Gabarito	257

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



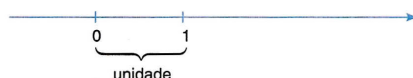
“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



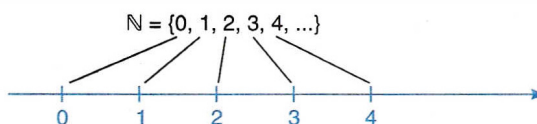
Números naturais

O conjunto dos números naturais¹ é representado pela letra maiúscula **N** e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, iremos considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que estes números.

Na sequência consideraremos que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto como: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) indicam que este conjunto não tem fim. **N** é um conjunto com infinitos números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em **N**:

1 – Números Naturais não nulos

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; N^* = N - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}; \text{ com } n \in N$$

3 - Números Naturais ímpares

$$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots, 2n+1, \dots\} \text{ com } n \in N$$

4 - Números primos

$$P = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, \dots\}$$

Construção dos Números Naturais

Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

- O sucessor de m é $m+1$.
- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 3 é 4.

¹ IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único

IEZZI, Gelson - Fundamentos da Matemática – Volume 01 – Conjuntos e Funções



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamadas componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.2

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.

1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>



FGTS poderá ser usado para pagar até 12 parcelas atrasadas do imóvel

Quem estiver em débito com financiamento poderá amortizar prestações não pagas com o valor do benefício a partir desta segunda

A partir desta segunda-feira, 2, o mutuário inadimplente com a casa própria poderá usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para negociar o pagamento de até 12 prestações em atraso. A medida foi autorizada pelo Conselho Curador do FGTS no último dia 20.

Na ocasião, o Conselho Curador aumentou, de três meses para 12 meses, o limite de uso do saldo do fundo para quitar parcelas em atraso. A medida vale até 31 de dezembro. O uso do FGTS para reduzir o valor de prestações futuras ou abater atrasos inferiores a 90 dias existe há bastante tempo, mas a destinação dos recursos para pagar mais de três parcelas atrasadas, até agora, exigia autorização da Justiça.

De acordo com o Conselho Curador, atualmente 80 mil mutuários de financiamentos habitacionais têm mais de três parcelas em atraso e são considerados casos de inadimplência grave. Desse total, 50% têm conta vinculada ao FGTS.

Na última quarta-feira (27), a Caixa Econômica Federal, que administra o FGTS, atualizou as regras que regulamentam as contas do fundo. Segundo o banco, os recursos do Fundo de Garantia serão sacados em parcela única, com o valor debitado sendo usado para negociar as prestações em atraso.

Procedimentos

O trabalhador interessado em quitar parcelas não pagas deve procurar o banco onde fez o financiamento habitacional. O mutuário assinará um documento de Autorização de Movimentação da Conta Vinculada do FGTS para poder abater até 80% de cada prestação, limitado a 12 parcelas atrasadas.

O mecanismo só vale para imóveis avaliados em até R\$ 1,5 milhão e haverá restrições. Quem usou o saldo de alguma conta do FGTS para diminuir o saldo devedor e o número de prestações não poderá usar o fundo para quitar prestações não pagas antes do fim desse intervalo. O prazo é com base na data da última amortização ou liquidação.

Na nova versão do Manual do FGTS, atualizada pela Caixa, os critérios para poder fazer o saque são os mesmos dos trabalhadores que usam o dinheiro do fundo para comprarem ou construírem a casa própria. O trabalhador deverá ter contribuído para o FGTS por, pelo menos, três anos, em períodos consecutivos ou não, não poderá ter outro imóvel no município ou região metropolitana onde trabalha ou mora e não poderá ter outro financiamento ativo no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Bolsonaro vai a ato por “destituição” de ministros do STF em Brasília e envia vídeo a aliados em São Paulo

O presidente falou em “lealdade” aos que acreditam em seu governo.

O presidente Jair Bolsonaro fez uma rápida participação no ato organizado em Brasília por seus apoiadores contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e em defesa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), que foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por ataques à democracia, mas recebeu perdão presidencial. Ele chegou por volta de 11h30 e não discursou. Já em São Paulo, sem participar presencialmente, Bolsonaro optou por enviar um vídeo transmitido por um telão na tarde deste domingo, (1º), a aliados que se reuniam na Avenida Paulista. O presidente falou em “lealdade” aos que acreditam em seu governo.

“Essa manifestação é pacífica como todas as demais em defesa da Constituição, da família e da liberdade”, disse Bolsonaro, por vídeo. “Devo lealdade a todos vocês, temos um governo que acredita em Deus, respeita os seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo.” Ele também voltou a dizer que o “bem sempre vence o mal” e que estará “sempre ao lado da população brasileira”.



O metabolismo energético é um conjunto de processos complexos nos quais o corpo converte os alimentos em energia utilizável. Essa energia é essencial para manter funções corporais vitais, como a contração muscular, a síntese de proteínas e a regulação da temperatura corporal. Os nutricionistas desempenham um papel crucial na compreensão e otimização desses processos para melhorar a saúde e o bem-estar dos pacientes.

Componentes do Metabolismo Energético

Metabolismo Basal (B): O MB representa a taxa mínima de gasto energético necessária para manter as funções vitais em repouso. É influenciado pela idade, sexo, massa muscular e fatores genéticos. Os nutricionistas usam o MB para calcular as necessidades calóricas de um paciente e estabelecer uma base para o planejamento dietético.

Termogênese do Alimento (TA): A TA refere-se à energia gasta durante a digestão e absorção dos alimentos. Diferentes nutrientes têm diferentes taxas de ETAF. Proteínas, por exemplo, têm um alto ETAF, o que as torna essenciais para dietas de emagrecimento. Carboidratos e gorduras têm ETAFs menores.

Termogênese Induzida pelo Exercício (TIE): O exercício físico é um dos principais contribuintes para o gasto energético total. O tipo e a intensidade do exercício afetam diretamente as calorias queimadas. Além disso, o treinamento de resistência pode aumentar a massa muscular, o que, por sua vez, aumenta o MB a longo prazo.

Balanço Energético (BE): O balanço energético é a diferença entre a ingestão calórica e o gasto energético. Um equilíbrio positivo leva ao ganho de peso, enquanto um equilíbrio negativo resulta em perda de peso. Nutricionistas ajudam os pacientes a gerenciar sua balança energética de acordo com suas metas de saúde.

Nutrientes do Metabolismo Energético

Carboidratos: são a principal fonte de energia para o corpo. São convertidos em glicose, que as células utilizam para obter energia. A insulina regula a absorção de glicose nas células.

Gorduras: armazenadas no corpo como reserva de energia. São essenciais para a absorção de vitaminas lipossolúveis e desempenham um papel no controle do apetite.

Proteínas: desempenham um papel crucial na construção e reparação de tecidos. Além disso, têm um alto ETAF, o que significa que queimam mais calorias durante a digestão.

Controle Hormonal e Apetite

Hormônios como a leptina, grelina e insulina desempenham papéis importantes na regulação do apetite e do metabolismo. A leptina sinaliza a sensação de saciedade, enquanto a grelina estimula o apetite. A insulina regula a absorção de glicose e a acumulação de gordura.

Metabolismo Energético e Doenças Metabólicas

Compreender o metabolismo energético é fundamental para o tratamento de doenças metabólicas, como diabetes e obesidade. Nutricionistas podem desenvolver planos de alimentação personalizados que visam regular os níveis de glicose no sangue, controlar o peso e melhorar a sensibilidade à insulina.

Personalização e Abordagem Multidisciplinar

Cada indivíduo é único, e os nutricionistas aplicam seu conhecimento do metabolismo energético para criar planos alimentares personalizados. Além disso, trabalham frequentemente em colaboração com outros profissionais de saúde, como endocrinologistas, para abordar aspectos complexos de doenças metabólicas.

Termogênese do Alimento (TA)

Proteínas: possuem o ETAF mais alto, variando de 20% a 35%. Isso significa que uma proporção significativa das calorias provenientes de proteínas é gasta durante a digestão e o metabolismo. Nutricionistas podem usar essa informação para promover dietas ricas em proteínas como parte de estratégias para perda de peso.



Uma alimentação equilibrada é essencial para o crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde das crianças. Na infância é a fase em que nossos hábitos alimentares são formados, muitos hábitos levamos para a vida inteira.

A fase pré-escolar que engloba a faixa etária de 2 aos 6 anos e 11 meses de idade, é caracterizada por um crescimento estrutural e ganho de peso. Nesta etapa do crescimento a criança não necessita de uma ingestão energética tão grande igual acontece na faixa etária de 0 a 2 anos de idade e na fase escolar. Nesta fase a criança está mais seletiva, é uma fase em que ocorre um desenvolvimento da capacidade de selecionar os alimentos a partir do sabor, textura, aparência, cor, não podemos esquecer que os hábitos alimentares da criança também são influenciados pelos hábitos da família, pode surgir uma relutância em experimentar alimentos novos nesta fase, a neofobia, por isso devemos ofertar um alimento até 10 vezes para uma criança em momentos diferentes.

Nesta fase a anemia ferropriva é comum, apresentando uma prevalência alta, por isso o ministério da saúde recomenda que os responsáveis pela criança fiquem atentos quanto a suplementação adequada de ferro através da alimentação. O Ministério da Saúde e a Organização Pan – americana da saúde adotam 10 passos como guia para uma alimentação saudável de crianças pré-escolares, são eles:

- Procure oferecer alimentos de diferentes grupos, distribuindo-os em pelo menos três refeições e dois lanches por dia.
- Inclua diariamente alimentos como cereais (arroz, milho), tubérculos (batatas), raízes (mandioca/macaxeira/ aipim), pães e massas, distribuindo esses alimentos nas refeições e lanches ao longo do dia.
- Procure oferecer diariamente legumes e verduras como parte das refeições da criança. As frutas podem ser distribuídas nas refeições, sobremesas e lanches.
- Ofereça feijão com arroz todos os dias, ou no mínimo cinco vezes por semana.
- Ofereça diariamente leite e derivados, como queijo e iogurte, nos lanches, e carnes, aves, peixes ou ovos na refeição principal.
- Alimentos gordurosos e frituras devem ser evitados; prefira alimentos assados, grelhados ou cozidos.
- Evite oferecer refrigerantes e sucos industrializados, balas, bombons, biscoitos doces e recheados, salgadinhos e outras guloseimas no dia a dia.
- Diminua a quantidade de sal na comida.
- Estimule a criança a beber bastante água e sucos naturais de frutas durante o dia, de preferência nos intervalos das refeições, para manter a hidratação e a saúde do corpo.
- Incentive a criança a ser ativa e evite que ela passe muitas horas assistindo TV, jogando videogame ou brincando no computador.



Nutrição em Alimentação Coletiva

Conjunto de refeições que compõem um dia alimentar ou de preparações de uma refeição, denomina-se cardápio.

Refeição, é o conjunto de preparações ou alimentos que compõem um horário alimentar, como: café da manhã, colação, almoço, café da tarde, jantar e ceia.

O cardápio de um dia pode ser dividido entre cinco a seis refeições, onde se divide os macro e micronutrientes, utilizando as porções orientadas pela pirâmide alimentar, efetuando um planejamento equilibrado e individual, instituindo as leis de Escudero: lei da quantidade, lei da qualidade, lei da harmonia e lei da adequação.

Preparo, conservação e acondicionamento dos alimentos

Preparo

Ao preparar um cardápio, deve-se pensar em atender as necessidades nutricionais e calóricas, e os seguintes tópicos para ajudar na aceitação do planejamento:

- Formatos;
- Cores;
- Sabores;
- Tipos de preparação;
- Texturas; e
- Variedade.

Além disso, o planejamento do cardápio deve conhecer o público para qual se destina, como em refeições coletivas, ajustando-se a cultura, aos gostos, ao estilo de vida, idade, sexo, hábitos regionais ou nacionais.

No caso de cozinhas industriais ou restaurantes, além dos itens de conhecimento de público-alvo, devemos verificar o número de comensais, para cálculo do cardápio.

Estrutura de um cardápio

- Entrada: pode ser fria, saladas, canapés, pães, antepastos ou quente, sopas, cremes, salgados;
- Prato Principal: Na maioria das vezes esta opção é composta pela preparação com maior aporte proteico;
- Opção: segunda opção ao prato principal;
- Guarnição: acompanhamento do prato principal, farofas, massas, legumes sauté;
- Acompanhamento: arroz e feijão, ou outras leguminosas;
- Sobremesa: fruta ou doces;
- Líquidos: água, suco e outras bebidas.

Armazenamento e Conservação de Alimentos

Para evitar que os alimentos se estraguem ou criem fungos ou bactérias maléficas, é necessário o bom armazenamento e conservação, de cada tipo de alimento:

• Os Alimentos Perecíveis: carnes bovinas, suínas, aves e peixes, hortifruti, ovos, queijos frescos, iogurtes, pratos prontos, devem ser armazenados em geladeira e freezer;

• Os Alimentos Semi-Perecíveis: geleia, doces e compotas, produtos em calda, queijos semi-curado e outros, devem ser conservados em geladeira, quando bem acondicionados sua validade é maior;



Nutrição em Saúde Coletiva

As políticas públicas na área de alimentação e nutrição são iniciativas governamentais destinadas a promover a segurança alimentar, a saúde e a nutrição da população. Elas abrangem uma ampla gama de ações, programas e estratégias que visam melhorar o acesso a alimentos saudáveis, prevenir a desnutrição, combater a obesidade e promover práticas alimentares saudáveis. Essas políticas têm o objetivo de garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma alimentação adequada, independente de sua condição social, econômica ou geográfica. Aqui estão alguns exemplos de políticas públicas na área de alimentação e nutrição:

Programas de Alimentação Escolar: Muitos países implementam programas de alimentação escolar para fornecer refeições nutritivas a estudantes. No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo bem-sucedido.

Regulamentação de Rotulagem de Alimentos: Políticas que exigem rotulagem clara e informativa nos alimentos, incluindo informações sobre calorias, nutrientes e ingredientes, para auxiliar os consumidores a fazer escolhas alimentares informadas.

Campanhas de Conscientização: Campanhas de educação pública visando promover escolhas alimentares saudáveis e conscientizar sobre os riscos associados a dietas não saudáveis.

Impostos sobre Alimentos Não Saudáveis: Alguns países implementaram impostos sobre alimentos com alto teor de açúcar, sal e gorduras saturadas para desencorajar o consumo desses produtos e gerar receita para iniciativas de saúde pública.

Promoção da Amamentação: Políticas que incentivam a amamentação, como a criação de salas de amamentação em locais de trabalho e leis que apoiam o aleitamento materno em locais públicos.

Programas de Suplementação Nutricional: Programas que fornecem suplementos vitamínicos e minerais para grupos populacionais específicos em risco de deficiências nutricionais.

Regulamentação de Publicidade de Alimentos: Regulamentações que limitam a publicidade de alimentos não saudáveis, especialmente direcionada a crianças.

Políticas de Preços de Alimentos: Estratégias que visam tornar os alimentos saudáveis mais acessíveis e alimentos não saudáveis mais caros.

Programas de Segurança Alimentar e Assistência Social: Programas de distribuição de alimentos e assistência financeira para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.

Promoção da Agricultura Sustentável: Políticas que apoiam práticas agrícolas sustentáveis, como a produção de alimentos orgânicos, a diversificação de culturas e o fortalecimento da agricultura familiar.

Essas políticas são implementadas em níveis federal, estadual e municipal e podem variar de acordo com as necessidades e prioridades de cada país ou região. Elas desempenham um papel crucial na melhoria da saúde pública, na redução das disparidades de saúde e na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, políticas eficazes na área de alimentação e nutrição contribuem para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e para a promoção do bem-estar da população.



E na Administração Pública, qual o papel da ética?

Uma vez que é através das atividades desenvolvidas pela Administração Pública que o Estado alcança seus fins, seus agentes públicos são os responsáveis pelas decisões governamentais e pela execução dessas decisões.

Para que tais atividades não desvirtuem as finalidades estatais a Administração Pública se submete às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de normas objetiva a um comportamento ético e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado.

Princípios constitucionais que balizam a atividade administrativa:

Devemos atentar para o fato de que a Administração deve pautar seus atos pelos princípios elencados na Constituição Federal, em seu art. 37 que prevê: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

Quanto aos citados princípios constitucionais, o entendimento do doutrinador pátrio Hely Lopes Meirelles é o seguinte:

- Legalidade - A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (...)

- Impessoalidade – O princípio da impessoalidade, (...), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (...)

- Moralidade – A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (...). Não se trata – diz Hauriou, o sistematizador de tal conceito – da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração” (...)

- Publicidade - Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. (...) O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais (...)

- Eficiência – O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (...).”

Função pública é a competência, atribuição ou encargo para o exercício de determinada função. Ressalta-se que essa função não é livre, devendo, portanto, estar o seu exercício sujeito ao interesse público, da coletividade ou da Administração. Segundo Maria Sylvia Z. Di Pietro, função “é o conjunto de atribuições às quais não corresponde um cargo ou emprego”.

No exercício das mais diversas funções públicas, os servidores, além das normatizações vigentes nos órgão e entidades públicas que regulamentam e determinam a forma de agir dos agentes públicos, devem respeitar os valores éticos e morais que a sociedade impõe para o convívio em grupo. A não observação desses valores acarreta uma série de erros e problemas no atendimento ao público e aos usuários do serviço, o que contribui de forma significativa para uma imagem negativa do órgão e do serviço.



LEI Nº 6.583, DE 20 DE OUTUBRO DE 1978

Cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE NUTRICIONISTAS

Art. 1º - Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas com a finalidade de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de nutricionista, definida na Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967.

Art. 2º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas constituem, no seu conjunto, uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Art. 3º - O Conselho Federal de Nutricionistas terá sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o País e os Conselhos Regionais terão sede na Capital do Estado ou de um dos Estados ou Territórios da jurisdição, a critério do Conselho Federal.

Art. 4º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas serão constituídos de 9 (nove) membros efetivos, com igual número de suplentes eleitos.

§ 1º - Os membros do Conselho Federal e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos por um Colégio Eleitoral integrado por um representante de cada Conselho Regional, por este eleito em reunião especialmente convocada.

§ 2º - O Colégio Eleitoral convocado para a eleição do Conselho Federal reunir-se-á, preliminarmente, para exame, discussão, aprovação e registro das chapas concorrentes, realizando-se a eleição 24 (vinte e quatro) horas após a sessão preliminar.

Art. 5º Os membros dos Conselhos Regionais de Nutricionistas e respectivos suplentes, com mandato de 3 (três) anos, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, através de voto pessoal, secreto e obrigatório dos profissionais registrados.

Art. 6º - O exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficará subordinado, além das exigências constantes do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições:

- I - cidadania brasileira;
- II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;
- III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos.

Parágrafo único - Será permitida uma reeleição para os membros dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas.

Art. 7º - O regulamento disporá sobre as eleições dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas.

Art. 8º - A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá:

- I - por renúncia;
- II - por superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;